MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
FADIR – Faculdade de Direito de Relações Internacionais
Dourados – MS
http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes

O DISCURSO COMO OBJETO DE ESTUDO E INSTRUMENTO METODOLÓGICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE[1]

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar teorizações acerca do papel do discurso que possam servir de ferramenta para o estudo das Relações Internacionais (RI). Dessa forma, apresentaremos uma breve discussão sobre o papel da linguagem e do discurso nas interações sociais e como esses elementos se ligam à discussão de identidade existente dentro da disciplina. Não será nosso foco exaurir as possibilidades acerca do "discurso" como método ou como proposta de análise dentro das Relações Internacionais, mas demonstrar que já existem autores trabalhando nesse sentido e que mesmo nas áreas consideradas mais ligadas ao estudo de teorias mais positivistas, novas possibilidades se abrem para os pesquisadores das RI. Nesse sentido, apresentamos uma variação entre a utilização do discurso como ferramenta de estudo em teorias das RI, de uma proposta com elementos específicos como a "Securitização" da Escola de Copenhagen, aos estudos pós-estruturalistas de Lene Hansen e David Campbell, mais críticos em relação à estabilidade dos discursos e das estruturas que eles formam. Esperamos com isso, demonstrar que além de já existir uma teorização acerca do discurso nas RI, também é possível pensar em um método próprio da área para a análise de fenômenos relacionados à política internacional.
Palavras-chave: *Análise do Discurso*; *Securitização*; *Pós-Estruturalismo*.

[1] Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-MINAS e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUCSP).

ABSTRACT: This paper aims theorize about the role of discourse as a tool for the study of International Relations (IR). Thus, we present a brief discussion of the role of language and discourse in social interactions and how these elements bind to the discussion of existing identity within the discipline. It is not our focus to exhaust the research of how the "speech" can be proposed as a method of analysis in international relations, but how the authors here analyzed show that there are already works on it and that even in areas considered more related to the study of more positivist theories, new possibilities are open to researchers of IR. Accordingly, we present a variation between the use of discourse as a tool to study theories of IR, a proposal with specific elements such as "securitization" of the Copenhagen School and poststructuralist studies by authors such as Lene Hansen and David Campbell, the most critical regarding the stability of the discourses and structures they form. We hope to demonstrate that in addition to an existing theorization about the speech in IR, It is also possible to think of a proper method of the area for the analysis of phenomena related to international politics, including security studies.
Key-Words: *Discourse Analysis*; *Securitization*, *Post-Structuralism*.

RESUMEN: Él presente trabajo tiene como objetivo presentar las teorías sobre el papel del discurso que puede servir como una herramienta para el estudio de las Relaciones Internacionales (RI). Por lo tanto, se presenta una breve discusión sobre el papel del lenguaje y el discurso en las interacciones sociales y cómo estos elementos se unen a la discusión de la identidad existente dentro de la disciplina. No agotan las posibilidades de nuestro enfoque en el "discurso" o como se propone como un método de análisis en las Relaciones Internacionales, pero ya hay autores muestran que están trabajando en ello y que, incluso en áreas que se consideran más relacionados con el estudio de las teorías más positivistas, las nuevas posibilidades son abiertos a investigadores de RI. En consecuencia, se presenta una variación entre el uso del discurso como herramienta para estudiar las teorías de la RI, una propuesta con elementos específicos tales como "securitización" de la Escuela de Copenhague, los estudios post-estructuralistas de Lene Hansen y David Campbell, el más crítico con respecto a la estabilidad de los discursos y las estructuras que lo forman. Esperamos demostrar que, además de ser ya una teoría sobre el discurso en Relaciones Internacionales, también se puede pensar en un método adecuado de la zona para el análisis de los fenómenos relacionados con la política internacional.
Palabras-clave: *Análisis del discurso*; *Securitización*, Post-Estructuralismo.

Discurso e linguagem – Uma breve apreciação

No contexto mais atual, o fenômeno conhecido como "giro linguístico[2]" foi responsável pela introdução das questões discursivas nas Ciências Sociais, enfatizando o papel da linguagem e colocando o discurso como objeto de análise dos pesquisadores (GRACIA, 2004). De acordo com Rojo,

> [...] a atenção que hoje se dedica ao discurso é resultado de dois movimentos consecutivos e relacionados com o pensamento ocidental do último quarto do século XX: o giro linguístico e o aumento da reflexividade social. Para os quais, aliás, a atenção ao discurso também veio contribuir (ROJO, 2004: 208).

A partir daí, passou-se a dar importância na sua análise a fim de que fosse estudado como os processos discursivos constituíam e construíam o que era apreendido como real e sistêmico (IÑIGUEZ, 2004). A análise do discurso então passou a ser utilizada por diversas áreas do conhecimento como forma de compreender fenômenos específicos de cada área e de introduzir novas possibilidades teóricas e metodológicas, deixando de ser um método exclusivo dos Estudos Linguísticos e passando a obter reconhecimento como ferramenta importante nas Humanidades em geral. "Com efeito, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a comunicação, a filosofia, etc. todas fizeram suas contribuições e desenvolveram métodos específicos de análise" (IÑIGUEZ, 2004: 107). A seguir discutiremos como a Análise do Discurso se desenvolveu e pode ser apresentada de diversas formas a fim de servir a propósitos distintos relacionados ao método e à teoria que se use como ferramenta de explicação.

Precedentes da Análise do Discurso

É necessário inicialmente apresentar as mudanças desde os primeiros estudos na Linguística, especialmente no que diz respeito à sua análise estruturalista. Ferdinand de

[2] Também chamado de "virada linguística" por alguns autores.

Saussure é identificado como o pioneiro nos estudos linguísticos e um dos fundadores do estruturalismo do século passado. Sua pesquisa se baseia num estudo da língua como autorreferente, à qual se pressupõe uma estrutura própria independente da sua relação com mundo. Isso permitiria a verificação de regularidades e, dessa forma, compreendê-la na sua totalidade (MUSSALIM, 2001).

Fernanda Mussalim (2001) afirma que a disciplina de Análise do Discurso (AD) teve sua origem na França, por meio das obras do linguista Jean Dubois e do filósofo Michel Pêcheux. Seus trabalhos tinham influência das ideias estruturalistas e marxistas que, na década de 1960, juntamente com a expansão da Linguística, procuraram estabelecer novas formas de pesquisa acerca dos elementos políticos da época. A criação de um método próprio dá à Linguística um caráter mais científico que a permite se impor como ciência frente a outras correntes. Para Pêcheux, seria necessária uma ruptura com o modelo da fala/língua *saussureana*, abordando os aspectos de formação do discurso, com ênfase no sujeito e seu contexto social e histórico. Esse autor criará o conceito de "máquina discursiva", "um dispositivo capaz de determinar, sempre numa relação com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas 'formações sociais'[3]" (MUSSALIM, 2001: 106).

Nesse contexto, o filósofo Althusser usará do materialismo histórico para analisar como determinadas reproduções sociais se davam por meio dos discursos. A linguística deveria ser estudada na sua materialidade, ou seja, sua existência se daria independente do conhecimento que se tivesse acerca dela. O objetivo de Althusser era "(...) evidenciar o mecanismo responsável pelas relações de produção, comum a todas as ideologias particulares" (MUSSALIM, 2001: 103). Suas ideias se baseavam na concepção marxista de infraestrutura e superestrutura. A primeira seria a base econômica da sociedade capitalista, enquanto a segunda, determinada por esta, corresponderia às instituições que reproduziriam a primeira num sistema circular de influências recíprocas. A ideologia, portanto, faria parte da superestrutura, "portanto, só pode ser concebida como uma

[3] Conceito criado por Althusser, que seria o conjunto de relações entre as classes sociais dentro de um certo período.

reprodução do modo de produção, uma vez que é por ele determinada" (MUSSALIM, 2001: 104). O papel da linguagem nessa estrutura seria o de perpetuação das ideologias, a construção dos discursos estaria ligada às instituições provenientes da superestrutura.

Althusser construirá a partir desses pressupostos sua concepção do que seria tradicionalmente o Estado, na verdade um aparelho repressivo do Estado (ARE) que funcionaria como órgão responsável pela coação e seria complementado pelas instituições, as quais operariam por meio da ideologia, denominadas aparelhos ideológicos do Estado (AIE). A ação desses aparelhos e como eles se estruturam é o que define o funcionamento da ideologia. A linguagem seria um importante meio de atuação da ideologia e, por isso, seu estudo permitiria entender como se daria a construção dos discursos utilizados pelos AIE a fim de perpetuar crenças e valores.

É necessário salientar que a evolução da AD permitiu que correntes distintas criassem suas próprias fronteiras de pesquisa. Isso pode ser notado na diferença entre a AD de origem francesa e a AD de origem anglo-saxã (MUSSALIM, 2001). A primeira teria maior influência da História, enquanto a segunda, maior contato com a Sociologia. Dessa forma, a AD francesa focaria sua análise principalmente no contexto histórico e social em que são feitas as enunciações, levando em conta aspectos ideológicos que influenciam o discurso do sujeito enunciador. A AD anglo-saxã privilegia a análise do sujeito enquanto enunciador e a interpretação dos discursos.

Segundo Mussalim (2001) a Análise do Discurso pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, AD-1, focará em discursos mais estáveis, de origem comum e fechados numa estrutura muito própria. A autora dá exemplo dos discursos políticos do Partido Comunista, em que a produção discursiva se dava "a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes" (MUSSALIM, 2001: 117). Essa construção seria estabelecida por uma "máquina discursiva" que delimitaria as fronteiras de produção em relação à semântica e criação.

A AD-2 rompe com o conceito de "máquina discursiva", uma vez que considera a possibilidade de influência externa na produção dos discursos, que seriam mais conflitantes e menos estáveis. Nesse caso, o dispositivo que classificaria os discursos em outra perspectiva analítica seria a "formação discursiva" (FD), conceito concebido pelo filósofo Michel Foucault que "determinaria o que pode/deve der dito a partir de um determinado lugar social" (MUSSALIM, 2001: 119). De acordo ainda com Mussalim, existiria então uma divisão dentro da FD que separaria o que é do próprio discurso (interno a ele), e o que seria de fora, (externo a ele). Isso significa o rompimento com a noção de uma estrutura fechada, na qual a FD pode ser entendida como uma construção advinda de elementos de outros discursos. De acordo com a autora, "[n]essa segunda fase da AD, portanto, o objeto de análise passará a ser as relações entre as 'máquinas discursivas'. Vale ressaltar, no entanto, que o fechamento da máquina ainda é conservado, pois a presença do outro (outra FD) sempre é concebida a partir do interior da FD em questão" (MUSSALIM, 2001: 119). A AD-2 poderia ser relacionada ao processo do "ato discursivo", relacionado à Securitização que será abordada mais à frente no trabalho.

Mussalim por fim aborda a AD-3 de maneira bem sucinta, a qual diz respeito a uma desconstrução das "máquinas discursivas". Ao contrário da versão em que as "formações discursivas" atravessariam umas às outras de maneira independente, o que se teria seria um interdiscurso dentro do qual todas as FDs se formariam. A AD-3, numa comparação com outras teorias, se encaixaria mais numa análise do discurso pós-estruturalista em que as estruturas fechadas das outras fases são abordadas num contexto único, o interdiscurso – lugar da análise, neste caso.

Para Fairclough (2001), o termo "discurso" é usado como uma representação social, em que o sujeito constrói ao mesmo tempo sua identidade e age na formação do mundo e dos outros indivíduos. Isso "implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito pra primeira" (FAIRCLOUGH, 2001: 91). Esse discurso também se delineia pela estrutura social no qual é construído, sob a influência das diversas representações identitárias em torno do sujeito que o produz. O discurso, portanto,

não se limita à representação do mundo, mas lhe confere significado, numa prática de constante construção de distintas formas de significação.

> Com efeito, em primeiro lugar é uma questão de admitir totalmente a distinção entre linguagem e discurso. O discurso é a linguagem enquanto prática social determinada por estruturas sociais (as regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais). Ao aceitar essa premissa, estamos aceitando também que a estrutura social determina, dessa forma, as condições de produção do discurso (LUPICINIO, 2004: 149).

Fairclough ainda sugere três efeitos construtivos do discurso. O primeiro é em relação àquele que produz o discurso, o sujeito da relação social. O segundo se dá pelas relações sociais e a interação de sujeitos distintos. Por fim, o discurso "contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença" (FAIRCLOUGH, 2001: 91). Esses três efeitos se relacionam ao que ele chama de funções da linguagem, e são, respectivamente, as funções "identitária", "relacional", e "ideacional".

Fairclough ainda enfatiza a prática política e ideológica. O discurso, no que se refere à prática política, "estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder" (FAIRCLOUGH, 2001: 94). Em relação à prática ideológica, o discurso é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem de acordo com as relações de poder pré-existentes. Conclui-se daí que as práticas políticas e ideológicas não estão separadas, mas se conectam numa relação dialética de complementaridade.

> Antes, estruturas sociais são observadas, experimentadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. É essa (subjetiva) representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas. Em outras palavras, a cognição pessoal e social sempre medeia a sociedade ou as situações sociais e o discurso (DIJK, 2008: 26).

O autor também aponta para o entendimento da "prática discursiva", salientando que além de ser uma prática social, o discurso deve ser entendido especialmente na sua

forma linguística. Por isso, uma "prática discursiva" será entendida como um "texto", que tanto pode ser linguagem falada como linguagem escrita. A prática discursiva é mais uma forma de representação das práticas sociais. As últimas podem ter elementos discursivos na sua totalidade ou apenas parcialmente, mas a linguagem é essencial para que qualquer construção possa ser dotada de significado.

> O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001: 91).

Segundo Fairclough, a análise de uma prática discursiva deve focalizar três processos: a produção, a distribuição e o consumo textual. "A produção e o consumo são de natureza parcialmente sociocognitiva, já que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual que são baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (daí o prefixo 'sócio-')" (FAIRCLOUGH, 2001: 99). Portanto, uma análise do discurso deverá obedecer a esses três enfoques de uma formação discursiva: delimitação do sujeito enunciador, passando pela forma como o discurso se traduz nas relações sociais e por fim como ele será recebido por uma determinada plateia. Essa divisão é o que Fairclough chama de concepção tridimensional do discurso, que busca colocar numa mesma estrutura analítica as concepções sociológicas e linguísticas da análise discursiva.

A prática discursiva de onde o texto é subtraído faz parte de uma prática social maior que engloba todo o ambiente do discurso, isto é, todas as relações sociais entre o enunciador e o receptor, e os fatores que interferem diretamente na forma como uma mensagem é transmitida. Fairclough (2001), ao abordar a produção textual, apontará para as diferentes formas de como os textos podem ser construídos. Contextos sociais específicos serão limitadores de uma determinada produção textual, o que pode significar o uso de determinados termos e um padrão de diferenciação linguística para um público-alvo pré-selecionado. Um periódico de cunho político, por exemplo, usará de construções que

ressaltem suas ideias de forma clara ao seu público, para que o entendimento seja direto e haja identificação entre o sujeito enunciador e o receptor.

A concepção tridimensional do discurso de Fairclough pode ser entendida da seguinte forma:

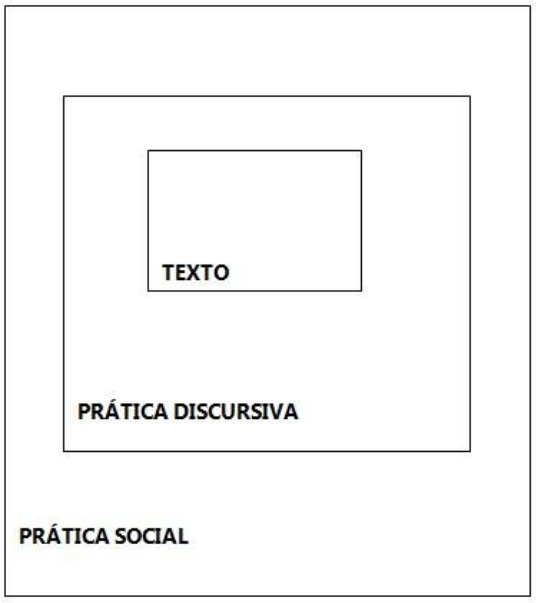

Figura 1: Concepção Tridimensional do discurso. (FAIRCLOUGH, 2001: 101)

Em relação ao consumo, o contexto social também será responsável por delimitar a forma como serão construídos os significados em um discurso. Seu objetivo pode ser variado e causar distintas reações nos receptores, de forma que "[a]lguns textos conduzem a guerras ou à destruição de arma nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas" (FAIRCLOUGH, 2001: 108).

A distribuição de um texto se preocupará em como ele será recebido pelo público. Especialmente no caso de discursos políticos e ideológicos, diversas instituições trabalham numa mesma construção discursiva a fim de torná-la mais palatável àqueles que a receberão, a fim de facilitar a percepção da ideia proposta e a identificação entre os sujeitos inseridos nessa prática social.

De acordo com Fairclough,

> produtores em organizações sofisticadas, como departamentos de governo, produzem textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos. Podem antecipar não apenas os 'receptores' (aqueles a quem o texto se dirige diretamente'), mas também os 'ouvintes' (aqueles a quem o texto não se dirige diretamente, mas são incluídos entre os leitores) e 'destinatários' (aqueles que não constituem parte dos leitores 'oficiais', mas são conhecidos como consumidores de fato) (2001: 108).

O conceito de "mudança discursiva" para Fairclough buscaria compreender mudanças que o sujeito enunciador produz num discurso a fim de corroborar ou mudar o foco de uma ideia previamente apresentada. Isso estaria ligado diretamente à forma como o consumo de um texto se daria pela plateia a que se dirige. A aceitação e consequente identificação com um discurso poderiam significar a manutenção deste, mas quando há problemas na ordem do consumo, é necessário que se reveja como determinadas construções foram feitas internamente ao discurso para se adaptar ao público direcionado.

Por fim, resta mencionar que a combinação de novos elementos numa mudança discursiva altera a estrutura prévia de um discurso, e é nesse ponto que a análise deve ser feita. A forma como determinadas ideias deixaram de ser colocadas e a contradição com novas ordens discursivas é central para entender como se dão as mudanças relativas à produção do texto, o que permite compreender qual a intenção dessa mudança em relação a uma nova distribuição e consequente consumo pela plateia em questão.

Discurso, identidade e estrutura nas Relações Internacionais

Nesse trabalho, o enfoque teórico será dado às teorias de cunho mais construtivista, a fim de explorar desde uma visão mais crítica dentro do paradigma quanto uma abordagem mais reflexivista, ligada aos trabalhos considerados pós-estruturalistas. Dessa forma, buscaremos compreender como o discurso e a identidade se relacionam no que é entendido como estrutura nessas proposições teóricas e como elas se colocam dentro das Relações Internacionais, especialmente na área de Segurança Internacional.

O papel do discurso como construtor das ideias sempre esteve presente dentro do paradigma Construtivista (num sentido amplo, desde o mais positivista até o mais radical). O que diferencia a proposição de um autor para outro é a forma como o discurso é apresentado metodologicamente, se dentro de uma estrutura fixa ou relacionado diretamente à desconstrução da realidade, inseparável dela e instável na sua estrutura (BUZAN; HANSEN, 2009). Essa primeira visão, mais estruturalista, pode ser corroborada no seguinte argumento:

> Linguagem não é realidade, mas é a nossa única forma de compreendê-la a fim de torná-la socialmente compreensível e útil. Por que humanos são animais sociais, a realidade em que existimos e agimos todos os dias é largamente uma realidade social e pelo que é, requer a linguagem (SCHONBERG, 2009: 10, tradução nossa[4]).

Nesse sentido, a construção das identidades se dá dentro de uma estrutura fixa, e os elementos discursivos ajudam a compreender como essas construções são feitas a partir do que é apresentado dentro dessa própria estrutura. Não há, portanto, algo fora da estrutura ou dos discursos apreendidos, mas sim uma relação entre eles de auto-referenciação e construção baseada no contexto, nos atores, nos objetivos, interesses etc (SCHONBERG, 2009). Há ainda a percepção de que é necessário compreender como as identidades de atores distintos se relacionam entre si e são construídas em contrapontos ou correlações. Um exemplo disso é a construção apresentada por Dijk: "Semântica e lexicalmente, os Outros são então associados não apenas com a diferença, mas também com o desvio ("ilegitimidade") e a ameaça (violência, ataques)" (2001: 129).

Isso é importante para que se consiga compreender como o "Eu" é construído em relação ao "Outro", num processo de alteridade ou complementaridade, expresso nos estudos de Segurança, por exemplo, na construção de aliados ou inimigos (ROJO, 2004).

[4] Language is not reality, but it is our only means of apprehending reality so as to make it socially comprehensible and useful. Because human beings are social animals, the reality in which we exist and act every day is largely a social reality and to the extent that it is, is requires language.

Securitização como prática discursiva

Essa concepção se aproxima do que propõe a Escola de Copenhagen quando do papel do discurso nas práticas de Securitização uma vez que "a aproximação discursiva [...] argumenta que segurança não pode ser definida em termos objetivos, daí que ambas as concepções objetivas e subjetivas [sozinhas] são insuficientes. Segurança é, argumenta a Escola de Copenhagen, um ato discursivo" (BUZAN; HANSEN, 2009: 33, tradução nossa[5]). De acordo com Mutimer, "Waever sugere que nós tratamos segurança como um ato discursivo: isto é, uma ação concreta que é construída em virtude do que é dito" (MUTIMER, 2010: 91, tradução nossa[6]).

O ato discursivo de que tratam os autores da Escola de Copenhagen é central para entendermos o conceito de Securitização e de que forma esta ocorre. Trata-se de uma representação discursiva em que se procura construir um assunto como uma ameaça à existência de um determinado ator, sendo este o primeiro passo para o processo de Securitização (EMMERS, 2010: 91). Nesta parte da nossa pesquisa abordaremos como o conceito de segurança pode ser construído a partir de um processo específico adotado por Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). A importância do conceito de securitização está na possibilidade de se usar práticas discursivas para a construção de um cenário que permita a compreensão da noção de segurança. "A invocação da segurança tem sido a chave para legitimar o uso da força, mas de forma geral ela abriu o caminho para o estado se mobilizar, ou assumir poderes especiais, para lidar com ameaças existentes" (BUZAN, WEAVER; WILDE, 1998: 21, tradução nossa[7]).

Ainda de acordo com os atores supracitados, três conceitos são essenciais para compreender as ideias a serem apresentadas, os quais: objeto referente, ator securitizador e

[5] "[d]iscursive approaches [...] argue that security cannot be defined in objective terms, and hence both the objective and subjective conceptions are misleading. Security is, argues the Copenhagen School, a speech act.
[6] Waever suggests that we treat security as a speech act: that is, a concrete action that is performed by virtue of its being said.
[7] The invocation of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats.

ator funcional[8]. O primeiro diz respeito ao objeto que se pretende securitizar. O ator securitizador é aquele que procurará adotar determinadas posições para justificar a securitização de um objeto, usando, por exemplo, do discurso. No entanto, como esse ator é visto pelo público é de extrema importância para que suas justificativas sejam entendidas como legítimas ou não. Por fim, o ator funcional é aquele que não constrói a securitização diretamente, como no caso da prática discursiva feita pelo ator securitizador, mas pode exercer influência de diversas formas, mesmo que indiretamente. Tomando por exemplo os atentados terroristas de 11 de Setembro, o evento foi securitizado a tal ponto que o governo norte-americano por meio dos discursos do presidente Bush (ator securitizador) conseguiu convencer a população dos Estados Unidos de que uma "guerra ao terror" era necessária – com medidas especiais para um evento dito especial –, tendo o apoio de grupos como os neoconservadores (atores funcionais), os quais publicavam artigos e estudos defendendo a posição do governo.

De acordo com Buzan, Weaver e Wilde (1998), a securitização de um objeto depende da forma como é enxergado por um determinado ator. Esse processo poderia ser feito para qualquer assunto, o que pressupõe que uma construção discursiva também pode abordar qualquer tema para fins de securitização. No entanto, para que um objeto possa ser securitizado, ele deve ser compreendido como ameaçado para que se possam justificar ações que iriam além de política comuns[9] – como numa declaração de guerra em detrimento da diplomacia.

Haveria uma escala de percepção: a) não-politizada corresponderia a algo fora das discussões e decisões políticas, b) politização, quando um Estado procura discutir determinado assunto para tomar ações que se traduzirão em políticas públicas, por exemplo; c) securitização, quando há a extrapolação da esfera de decisão política e há

[8] Referent object; securitizing actor; functional actor.
[9] Política comum como aquilo que seria esperado, dentro do padrão, e que não exige um esforço do ator securitizador para justificar as ações que são tomadas – como é o caso de um objeto que sofre uma tentativa de securitização.

necessidade de justificar medidas especiais para um caso específico (o objeto em questão, como uma intervenção em outro país).



Figura 2: Escala de percepção para securitização de um assunto, baseado no modelo construído por BUZAN; WEAVER; WILDE (1998).

A importância do discurso se dá na transição entre um objeto politizado para um objeto securitizado (figura 2). A percepção da mudança depende de como o discurso se constrói a fim de convencer uma determinada plateia de que certas ações são imprescindíveis à segurança do país – o que pode ser desde a formação de uma coalizão para invadir um país bem como a necessidade de oferecer recursos na forma de subsídios a grupos internos. E "'segurança' é uma prática autorreferente, por que é nessa prática que um tema se torna um assunto de segurança – não necessariamente por que uma ameaça realmente exista, mas por que o assunto é apresentado na forma tal" (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998: 24 tradução nossa[10]).

Um ator que procura construir uma determinada ameaça terá que usar de construções discursivas específicas em função de sua plateia, para seu convencimento de que é necessário superar meios políticos comuns e adotar estratégias excepcionais. Por isso, para compreender como um objeto é securitizado, é necessário também analisar como os discursos são construídos.

Ainda assim, o mero fato de se tentar securitizar não garante seu sucesso, como algo que pode ser entendido como um "lance de securitização[11]". De acordo com Buzan, Weaver e Wilde, o ato de securitizar algo é um processo entre o ator securitizador e sua plateia, ou

[10] "Security" is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue – not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat.
[11] Securitizing move.

seja, o discurso que tem esse objetivo deve se moldar de acordo com o entendimento do seu público. Se os termos ou as justificativas não conseguem justificar uma ação, significa que outras formas discursivas devem ser adotadas para garantir o objetivo da securitização.

> O uso da linguagem de segurança não significa, contudo, que o assunto é automaticamente transformado em uma questão de segurança. Ao contrário, o estabelecimento consensual da ameaça necessita ser suficientemente saliente para produzir efeitos políticos substanciais. O segundo e crucial estágio da securitização é completado com sucesso somente uma vez que o ator securitizador consegue convencer uma audiência relevante [...] de que o objeto referente é uma ameaça existencial à segurança, constituindo uma tolerância à prática de ações fora dos padrões normais dos procedimentos políticos (EMMERS, 2010: 139, tradução nossa[12]).

Esses autores ainda afirmam que para que a securitização seja bem-sucedida, três componentes ou etapas devem ser observados: "ameaça à existência, ação de emergência e efeitos nas relações entre as unidades ao se quebrar as regras" (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998: 26, tradução nossa[13]). A segurança teria, portanto, um caráter de sobrevivência, de garantia de condições mínimas para a manutenção do bem-estar. Ao se tentar construir uma questão de segurança, aborda-se o aspecto da possibilidade de uma ameaça ter que ser combatida sob o risco de uma perda grande o suficiente para colocar em cheque a sobrevivência de um país, por exemplo.

Algumas condições, contudo, podem facilitar a securitização de um objeto. Buzan, Weaver e Wilde as listam:

> (1) demanda interna por discursos que privilegiam a gramática da segurança, (2) as condições sociais que levam em conta a posição de autoridade para o ator securitizador – ou seja, o relacionamento entre quem fala e a audiência e

[12] The usage of a language of security does not mean, however, that the issue is automatically transformed into a security question. Instead, the consensual establishment of threat needs to be of sufficient salience to produce substantial political effects. The second and crucial stage of securitization is completed successfully only once the securitizing actor has succeeded in convincing a relevant audience [...] that a referent object is existentially threatened. Only then can extraordinary measures be imposed. Because of the urgency of the accepted existential threat to security, constituencies tolerate the use of counteractions outside the normal bounds of political procedures.

[13] Existencial threats, emergency action, and effects on interunit relations by breaking free or rules.

> dessa forma a possibilidade da audiência aceitar os apelos feitos na tentativa de securitização, e (3) fatores das ameaças alegadas que facilitem ou impeçam a securitização (BUZAN, WEAVER; WILDE, 1998: 26, tradução nossa[14]).

O papel do discurso na abordagem pós-estruturalista

Outra abordagem, considerada pós-estruturalista, enxerga as construções discursivas como elas mesmas construtoras da realidade. Isso significa dizer que não é possível apreender o conceito de identidade sem que se entenda todo o processo em que ela foi construída discursivamente – nesse ponto, remetendo à própria construção da realidade como um ato discursivo (BUZAN; HANSEN, 2009). Nesse sentido,

> [...] a linguagem tem uma capacidade influenciadora e estruturante que a provê "poder social". [...] A alegação central foi a de que a escolha de diferentes metáforas, eufemismos ou analogias tem consequências fundamentais para como a "realidade" foi entendida, e também para quais políticas devem ser adotadas (BUZAN; HANSEN, 2009: 141, tradução nossa[15]).

O papel das figuras de linguagem como a metáfora, a hipérbole e a metonímia, por exemplo, é central no entendimento de como um discurso se relaciona à construção da realidade para os pós-estruturalistas. Isso por que elas configuram desvios ou instabilidades nessas construções e permitem analisar o que estaria "por trás" do que é enunciado, o que demonstraria a fluidez da própria estrutura, uma vez que não são independentes entre si (RICOUER, 1992). De acordo com Campbell, "sinônimos, metonímias e metáforas não são formas de pensamento que acrescentam um segundo sentido a outro primário, constitutivo

[14] (1) the demand internal to the speech act of following the grammar of security, (2) the social conditions regarding the position of authority for the securitizing actor – that is, the relationship between speaker and audience and thereby the likelihood of the audience accepting the claims made in securitizing attempt, and (3) features of the alleged threats that either facilitate or impede securitization.

[15] [...] language has a structuring and influencing capacity that provides it with "social power". [...] The central claim was that the choice of different metaphors, euphemisms or analogies had fundamental consequences for how "reality" was understood, and hence also for which policies should be adopted.

e literal das relações sociais; ao contrário, eles são parte do próprio terreno primário em que o social é construído" (CAMPBELL, 1998: tradução nossa[16]).

A principal diferença entre os estudos apresentados anteriormente da securitização e o que iremos discutir acerca de autores pós-estruturalistas é a dicotomia entre o "Eu" e o "Outro". Para compreender como as identidades são construídas em determinado discurso, é preciso apreender os elementos que fazem com que os atores representados se contraponham ao "Outro", em relações do que está dentro/fora, no interior/exterior e que são manipulados como bem/mal, civilizados/bárbaros, etc. "'Segurança' então se torna um requisito duplo de que o Estado precisa para ser seguro, mas também precisa do Outro ameaçador para definir sua identidade, dando-o um sentido ontológico de segurança" (BUZAN; HANSEN, 2009: 218, tradução nossa[17]). O objetivo das análises pós-estruturalistas é, portanto, de desconstruir estruturas percebidas em um discurso ou ação, a fim de desestabilizar "verdades" pré-concebidas e encontrar instabilidades no que é apresentado (MUTIMER, 2010).

> Mais especificamente, a teoria pós-moderna prove uma crítica da representação e da crença moderna de que uma teoria reflete a realidade, e fala em posições "perspectivas" e "relativistas" que as teorias no máximo apresentam parcialmente em relação aos seus objetos, e que todas as representações cognitivas do mundo são historicamente e linguisticamente mediadas (BEST; KELLNER, 1991: 4, tradução nossa[18]).

A distinção que David Campbell (1998) faz entre risco e ameaça é uma forma interessante de perceber como os termos podem ser usados de forma a tentar convencer uma plateia acerca de "necessidades" que um ator tenha sobre o que é construído em

[16] synonymy, metonymy, metaphor are not forms of thought that add a second sense to a primary, constitutive literality of social relations; instead, they are part of the primary terrain itself in which the social is constituted.

[17] 'Security' thus became an ontological double requirement the state needed to be secure, but it also needed the threatening Other to define its identity, thereby giving it ontological security.

[18] More specifically, postmodern theory provides a critique of representation and the modern belief that theory mirrors reality, taking instead "perpectivist" and "relativist" positions that theories at best provides partial perspectives on their objects, and that all cognitive representations of the world are historically and linguistically mediated.

relação ao "Outro" – por exemplo na legitimação de uma intervenção ou da nomeação de um grupo como terrorista. O discurso serve como ligação entre a percepção do seu autor com seu interesse, aqui entendido como a prática ou os meios para atingir determinados objetivos. O processo de construção do ator responsável pelo discurso passa diretamente pelo processo de apagamento ou construção do outro a que se refere (como amigo ou inimigo, mas neste caso, os inimigos). De acordo com o autor, "(...) trata-se de todas essas práticas de diferenciação na confrontação entre o *self* e o *other*, e seus modos de figuração" (CAMPBELL, 1998: 99, tradução nossa[19]). O perigo é entendido como a condição material, aquilo que de fato pode causar dano ou agir objetivamente. Ameaça, no entanto, é a condição subjetiva, aquilo que é entendido e construído como perigo, não porque é, mas por ser discursivamente dito como tal.

> Para o pós-estruturalismo, a linguagem é ontologicamente significante: é somente por meio da construção na linguagem que as "coisas" – objetos, sujeitos, Estados, seres vivos, e estruturas materiais – ganham significado e uma identidade particular. A linguagem não é uma ferramenta transparente que funciona como um meio para registrar informações como os positivistas assumem (implicitamente), a ciência empírica, mas um campo da prática política e social, sendo que não há um "verdadeiro significado" ou objetivo na representação linguística que alguém pode se referir (HANSEN, 2006: 18, tradução nossa[20]).

Os significados em um discurso, portanto, não são desconectados da realidade que ele procura construir. São, de fato, parte intrínseca e sem a qual não se pode compreender como uma estrutura é construída, e na qual as identidades se relacionam, positiva ou negativamente. Daí a conclusão de Campbell de que "o mundo existe independentemente da linguagem, mas nós nunca podemos ter o conhecimento para *prová-lo* (além do fato dessa afirmação), porque a existência do mundo é literalmente inconcebível fora da

[19] (...) all those practices of differentiation implicated in the confrontation between self and other, and their modes of figuration.

[20] To poststructuralism, language is ontologically significant: it is only through the construction in language that "things" – objects, subjects, states, living beings, and material structures – are given meaning and endowed with a particular identity. Language is not a transparent tool functioning as a medium for the registration of data as (implicitly) assumed by positivist, empiricist science, but a field of social and political practice, and hence there is no objective or "true meaning" beyond the linguistic representation to which one can refer.

linguagem e nossas tradições de interpretação" (1998: 6, grifo do autor, tradução nossa[21]). Nesse processo, a identidade de um ator é construída em contraponto ao "Outro" pela diferenciação. Novamente, as relações de identidade entre "Eu" e "Outro" construídas pela diferença não são dadas pela estrutura, mas constantemente adaptadas e apagadas de acordo com os interesses e percepções envolvidos (CAMPBELL, 1998).

> Significado e identidade são, portanto, sempre uma consequência de um relacionamento entre o eu e o outro que emerge por meio da imposição de uma interpretação, ao contrário da crença de que é produto da descoberta de um domínio exclusivo com sua identidade pré-estabelecida (CAMPBELL, 1998: 23, tradução nossa[22]).

Nesse contexto, a estrutura analítica proposta por Lene Hansen (2006) pode ser muito útil para perceber como a diferenciação entre o "Eu" e o "Outro" é construída por meio do discurso. Hansen cita quatro elementos a serem delimitados nesta estrutura de pesquisa[23], 1) *Número de atores*[24]: diz respeito ao número de atores ou agentes envolvidos na análise textual. Pode ser, a) único, quando se trata de apenas um ator responsável pelo discurso. b) comparativo, em que vários atores têm seus discursos cruzados e comparados entre si e, c) cruzado, contrapondo-se discursos de dois (ou mais) atores que têm relação dicotômica entre si. 2) *Tipos de texto*: é a seleção do tipo textual a ser abordado. Divide-se em, a) Discursos oficiais, os quais são transmitidos por órgãos estatais e agências ou são proferidos diretamente pelos seus autores físicos como presidentes e ministros. b) Debate político amplo: outras formas de discurso como a mídia, partidos políticos de oposição e corporações. c1) Representações culturais: envolve o estudo de questões culturais mais gerais e c2) Discursos políticos marginais. 3) *Perspectiva temporal* é a posição do texto selecionado no tempo. O discurso pode ser alocado sob três perspectivas: a) um momento específico ou período de tempo. b) em momentos distintos para que seja feita comparação entre eles e c) desenvolvimento histórico: como determinado fenômeno discursivo se desenvolve historicamente. 4) *Número de eventos* é a limitação de eventos abordados pelo discurso. Pode ser a) um evento único, b) eventos múltiplos que se relacionam através de determinado assunto ou c) eventos múltiplos que se relacionam ao longo do tempo.

---

[21] the world exists independently of language, but we can never *know* that (beyond the fact of its assertion), because the existence of the world is literally inconceivable outside of language and our traditions of interpretation.

[22] Meaning and identity are, therefore, always the consequence of a relationship between the self and the other that emerges through the imposition of an interpretation, rather than being the product of uncovering an exclusive domain with its own pre-established identity

[23] Os termos originais são: 1) *Number of selves*, 2) *Intertextual Models*, 3) *Temporal Perspective* e 4) *Number of events*.

[24] Aqui entendido como atores ou agentes.

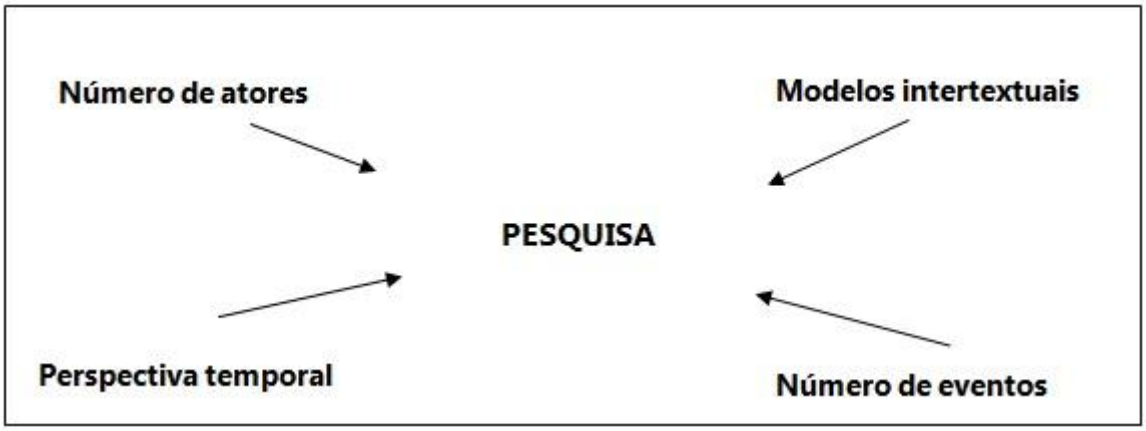

Figura 3: Estrutura analítica dessa pesquisa baseado no modelo proposto por Lene Hansen (2006: 81)

Essa proposição permite construir um desenho de pesquisa capaz de abordar os principais elementos de um discurso (ou vários discursos). Nessa estrutura, são colocados tanto os atores quanto o contexto discursivo, ou seja, preocupa-se não somente com quem é responsável pelo enunciado, mas também onde e como o discurso em questão foi construído, tomando essa preocupação como necessária à compreensão de todos os elementos que virão a constituir o "Eu" e o "Outro" no processo de diferenciação também proposto pela autora. "A estratégia da análise do discurso é a de incorporar fatores materiais e ideacionais ao invés de privilegiar um em detrimento do outro" (HANSEN, 2006: 23, tradução nossa[25]).

Hansen propõe em um primeiro momento que se crie uma estrutura que permita compreender como são construídos os processos de ligação de cada uma das identidades (do "Eu" e do "Outro"). O processo de ligação é a identificação de significados que, conjuntamente, demonstram como determinada identidade é construída. Depois que esse processo é concluído, passa-se para o processo de diferenciação, em que cada uma das identidades é colocada em contraponto à outra, de forma a demonstrar como as construções discursivas se relacionam (HANSEN, 2006).

> Os processos de ligação e diferenciação proveem conceitos teóricos e ferramentas metodológicas para conduzir análises empíricas e permitem uma análise estruturada e sistemática de: como os discursos procuram construir

[25] The strategy of discourse analysis is thus to "incorporate" material and ideational factors rather than to privilege one over the other.

> estabilidade, onde eles se tornam instáveis, como eles podem ser desconstruídos e o processo pelo qual eles mudam. Como o significado de cada signo é estabelecido por meio da ligação e da diferenciação, sempre há uma brecha entre eles: eles são ligados entre si, mas nunca totalmente da mesma forma. A instabilidade pode ser articulada explicitamente se o Outro é construído como radicalmente diferente ainda que parte do Eu, mas discursos geralmente envolvem uma análise mais parcimoniosa de como ligações e justaposições entram em conflito entre si (HANSEN, 2006: 44-45, tradução nossa[26]).

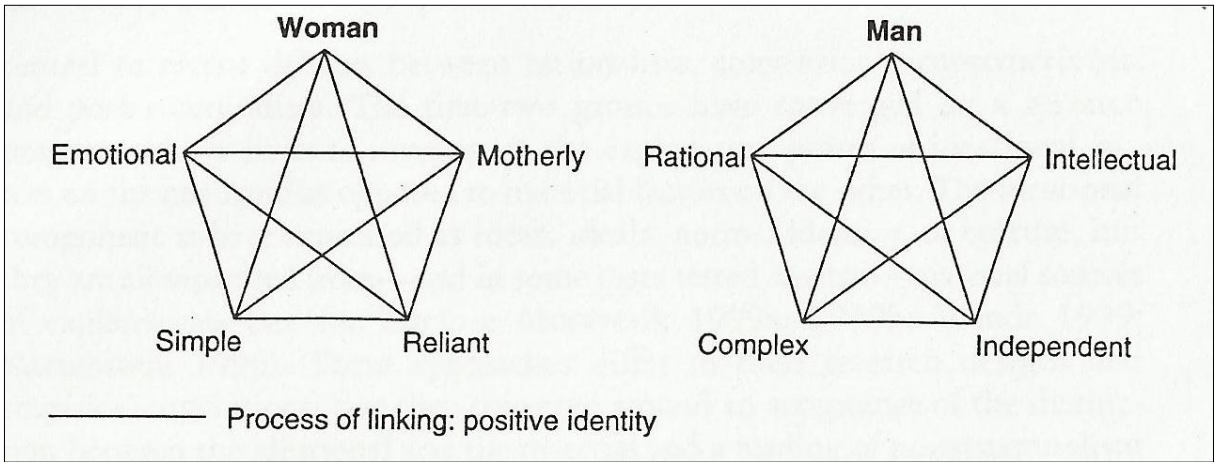

Figura 4: Processo de ligação. Modelo exemplificativo de Lene Hansen (2006)

Essas características remontariam à construção das identidades de cada um dos atores relacionados no desenho de pesquisa. No caso apontado por Hansen (figura 4), há a apresentação da identidade da mulher com características em contraponto à da identidade do homem. Essas relações específicas de cada ator se relacionam dentro da mesma identidade, mas devem ser desconstruídas em relação ao "Outro", a fim de que o que pode parecer uma construção "positiva" do "Eu" seja percebido da forma como possivelmente é, em uma relação de hierarquia e posição (HANSEN, 2006). As identidades apresentadas por Hansen, quando analisadas individualmente apenas remontam o quadro de cada um dos

[26] The process of linking and differentiation provide theoretical concepts and methodological tools for conducting empirical analysis and they allow for a structured and systematic analysis of: how discourses seek to construct stability, where they become unstable, how they can be deconstructed, and the processes through which they change. As the meaning of each sign is established through linking and differentiation, there is always a gap between them: they are linked to each other, but never fully the same. Instability might be explicitly articulated if the Other is constructed as radically different yet also as part of the Self, bus discourses will usually involves more careful analysis of how links and juxtapositions come into conflict with each other.

atores, mas não explicita as possíveis inconsistências das relações identitárias em um discurso; para tanto, é necessário o processo de diferenciação.

> Metodologicamente, deve-se começar identificando aqueles termos que indicam uma construção clara do Outro [...], ou do Eu [...]. E não a construção da identidade por si só, porque não é possível somente por meio da designação de um signo particular para o Outro e para o Eu, mas ao contrário, por meio da alocação desse signo dentro de um sistema mais largo (HANSEN, 2006: 41-42, tradução nossa[27]).

A diferenciação proposta por Hansen é próxima do que Campbell (1998) discute no processo de construção das identidades. Para este autor, as construções negativas de "perigo" e "ameaça" dependem não apenas da exaltação do "Eu", mas da construção de um espaço ou posição em que o "Outro" possa ser percebido como "mau" ou "inferior".

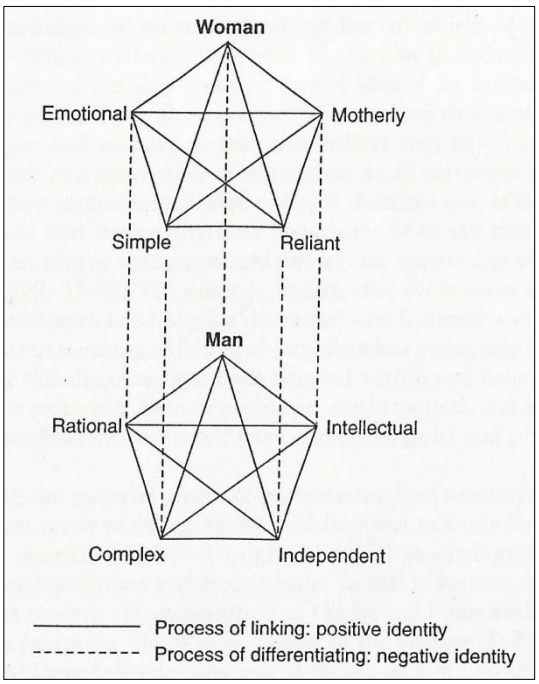

Figura 5: Processo de ligação e diferenciação. Modelo exemplificativo de Lene Hansen (2006)

Na figura 5 já é possível perceber como as identidades são não apenas construídas, mas justapostas de forma que uma (a do homem, "Man") assume a posição superior, com características que inicialmente se não comparadas, apenas representariam um processo identitário separado. "Entender a identidade como produzida por meio de um processo de

[27] Methodologically, one should therefore begin by identifying those terms that indicate a clear construction of the Other [...], or of the Self [...]. Identity construction is not, however accomplished solely through the designation of one particular sign for the Other or the Self but rather through the location of this sign within a larger system.

ligação e diferenciação provê uma forma teórica e metodológica em que os discursos procuram estabelecer estabilidade, e ainda como essa estabilidade pode ser sempre desconstruída" (HANSEN, 2006: 37, tradução nossa[28]).

Considerações Finais

Procuramos demonstrar nesse trabalho como o discurso (e a sua análise) pode ser e é utilizado por alguns teóricos e pesquisadores das Relações Internacionais como objetivo e método[29]. Apresentamos de maneira sucinta como o discurso evoluiu enquanto objeto de estudo dentro das Ciências Sociais no Século XX e atingiu maior visibilidade pelo chamado "giro linguístico". A partir daí, partimos para um estudo mais focado na questão da identidade por meio de vieses construtivistas – variando dentro do próprio paradigma de uma visão mais crítica e estrutural e outra que é considerada como pós-estruturalista.

A Análise do Discurso pode ser utilizada pelos pesquisadores das RI como forma de compreender melhor como formas de representação da identidade[30] se apresentam. Dessa forma, a importância dos elementos materiais e do papel das ideias como formadores dessas identidades reproduzem estruturas que são autorreferentes nesses discursos. A partir do momento em que se tem contato com a possibilidade de entender como determinadas estruturas são reproduzidas por meio de uma construção baseada na negação ou no posicionamento inferior do Outro, é possível perceber como os atores se constroem e identificam aqueles que são aliados ou inimigos – daí a importância da percepção do que seria uma ameaça construída e uma ameaça real, ou seja, a distinção entre ameaça e risco aqui apresentada.

[28] Understanding identity as produced through processes of linking and differentiation provides a theoretical and methodological account of the way in which discourses seek to establish stability, and also how this stability can always be deconstructed.
[29] Ademais, sugere-se a leitura de autores como Alexander Wendt, David Campbell, Nicholas Onuf, Robert Walker, entre outros.
[30] Aqui entendida como um conceito *per se*.

Mesmo numa perspectiva menos radical, os estudos da Escola de Copenhagen mostram-se especialmente importantes no que diz respeito a uma forma distinta de compreender fenômenos da área de Segurança. O papel da securitização e do ato discursivo como formador de uma crença perante uma determinada plateia foi abordado nesse trabalho com o intuito de mostrar que não existe uma área específica em que o discurso deva "trabalhar" dentro das Relações Internacionais, mas que tanto como objeto como método, é capaz de fornecer novos instrumentos para compreender a realidade – não entrando no mérito dos pós-estruturalistas se ela existe fora da prática discursiva ou não.

Por fim, a apresentação da estrutura analítica de Lene Hansen, que conjuga uma análise empírica com elementos discursivos permite estabelecer novos padrões metodológicos para o estudo do discurso dentro das RI, uma inovação importante para a área e aqueles que procuram estabelecer novas formas de compreensão da política internacional quanto das questões de Segurança, como abordado anteriormente.

Referências Bibliográficas

Livros

BEST, Steven; KELLNER, Douglas. **Postmodern Theory: Critical Interrogations**. New York: The Guilford Press, 1991.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis.** Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Conceito, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.

HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. New York: Routledge, 2006.

SCHONBERG, Karl L. **Constructing 21st Century U.S. Foreign Policy: Identity, Ideology and America´s World Role in a New Era.** New York: Palgrave Macmillan, 2009.

Artigos em coletâneas

EMMERS, Ralf. Securitization. In: COLLINS, Alan (ed.). **Contemporary Security Studies.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

GRACIA, Tomás Ibáñez. O "giro linguístico". In: IÑIGUEZ, Lupicinio (coord**.). Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicinio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: In: IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso, In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MUTIMER, David. Critical Security Studies: A Schismatic History. In: COLLINS, Alan (ed.). **Contemporary Security Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RICOEUR, Paul. O Processo Metafórico como Cognição, Imaginação e Sentimento. In: SACKS, Sheldon (org.) **Da Metáfora**. São Paulo: EDUC, 1992.

ROJO, Luiza Martín. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo". In: IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.